



MUNICÍPIO DE CUBA

CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 66

(Quadriénio Autárquico 2021/2025)

19-04-2024

Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Heleno'.

Aos dezanove dias do mês de Abril de dois mil e vinte e quatro, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, João Manuel Casaca Português, realizou-se a sexagésima quinta reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Filipe Domingos Candeias Chora, Jorge Manuel Rolim Caixeiro, Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano e Hugo Miguel das Dores Soudo. -----

Participou também nos trabalhos o Chefe da Divisão de Ambiente, Ordenamento, Desenvolvimento e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação.-----

Participou também a Dr.ª Carmen Estrela para esclarecimentos sobre a Prestação de Contas e a Revisão ao Orçamento.

Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial. -----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico).

BALANCETE DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 18 DE ABRIL DE 2024: € 489 195,20.

1. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2023. -----

Foi presente à Câmara a Informação da Chefe de Divisão Dr.ª Carmen Estrela, fazendo o enquadramento do assunto em título. -----

O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação política do documento.

A Dr.ª Carmen Estrela fez a apresentação técnica do documento.

Os Vereadores do PS deixaram a seguinte intervenção:

“Após análise ao documento de prestação de contas verificamos que em 2023 existiu uma diminuição do valor recebido de Derrama e IMT, o que nos dá a entender que existe dificuldade em atrair novas empresas ou incapacidade de manter as existentes.

Relativamente ao IMT indica que diminuiu a transmissão onerosa de imóveis, em suma, com menos empresas no concelho, não permitimos aos jovens acesso a trabalho qualificado o que facilita a sua saída tornando-se o concelho de Cuba cada vez mais envelhecido e desertificado, conforme temos alertado.

Ao analisar o mapa de pessoal, concluímos que reflete a realidade anteriormente descrita, onde constatamos que o nível etário predominante se situa nos 52 anos.

O município encontra-se com pagamentos em atraso, que com o aproximar do fim de mandato consideramos importante que sejam saldados.

Colocamos algumas questões:

Quais as medidas previstas para a fixação de jovens no concelho,

Existem projetos candidatados mas que não foram concluídos até 31 de dezembro de 2023, existiu prorrogação de prazo? Com este atraso na conclusão o município perdeu verba prevista?

Uma vez que o indicador económico-financeiro refere que a tesouraria está menos desafogada e que a liquidez atingiu em valor reduzido, que medidas pretende adotar para reverter esta situação?

Pelo segundo ano consecutivo a taxa de execução da receita prevista está abaixo dos 85%, que medidas pretende implementar para que no terceiro ano não entremos em incumprimento?

O Sr. Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas pelos Vereadores e, para além disso, deixou a seguinte nota:

“O segundo ano deste mandato 2021-2025 ficou marcado por uma boa dinâmica e foi extremamente exigente para todos os sectores dos serviços autárquicos que, com um enorme sentido de responsabilidade e exigência de trabalho, deram uma resposta irrepreensível contrariando as adversidades, que também foram, causadas por um orçamento municipal bastante penalizado pelas reduzidas transferências do Estado, fundadas numa Lei das Finanças Locais que é, como não nos cansamos de afirmar, extremamente injusta para o concelho de Cuba que se prevê possa vir a ser alterada já no próximo ano; e pela continuidade na prossecução do objetivo de alcançar um financiamento adicional acordado e assumido pela Turismo de Portugal para a conclusão do projeto do Ecopark que até ao final do ano acabou por não se concretizar.

Sem dúvida que um dos factos mais relevantes do ano de 2023 foi a inauguração do Ecopark do Alentejo Central – Praia Fluvial de Albergaria dos Fusos, no dia 11 de agosto, representando um investimento de mais de um milhão de euros, este novo equipamento dedicado ao turismo e ao lazer conta com diversas valências, assentes numa lógica de respeito para com o meio ambiente e de valorização do património natural.

Nesta que representa a primeira fase de construção do projeto – já concluída – para além da praia fluvial, o Ecopark conta ainda com um Centro Náutico para apoio à prática de desportos aquáticos; uma torre de observação de aves; um bar de apoio a toda a infraestrutura; e uma piscina fluvial. Para a segunda fase, o Município já tem prevista a conclusão de um Parque de Autocaravanas e de uma estação de Cycling, estando ainda a ser preparada uma terceira fase, para expansão do projeto, com a inclusão de um passadiço flutuante que irá ligar a piscina fluvial a uma pequena ilha situada em frente ao areal da praia.

Em matéria de obras por empreitada, no ano de 2023 foi concluída e inaugurado o Ecopark do Alentejo Central – Praia de Albergaria dos Fusos. No ano em análise continuaram em curso as seguintes empreitadas: Reabilitação do Centro Cultural de Vila Alva; a

requalificação da Rua 1. de Maio em Cuba, a requalificação do posto da GNR em Vila Alva, o Centro de Recolha Oficial e Animais do concelho, a Nova Etar da Vila de Cuba, e as obras de remodelação do Centro Cultural de Cuba que incluem a instalação de um cinema Digital 4K.

Nas obras por empreitada, também decorrem na freguesia de Vila Ruiva a construção de uma Central de valorização Orgânica para tratamento de Bio Resíduos. Um projeto desenvolvido pela AMCAL e que representa um investimento de mais de 9 milhões de euros

O ano de 2023 foi, também ano de realização de algumas obras de manutenção do edificado municipal ou em edificado com importância histórica para o concelho de Cuba. Realizaram-se obras de pintura e recuperação da Igreja de São Luís em Faro do Alentejo; de arranjos, melhorias e pinturas no Espaço Multiusos de Faro do Alentejo; de arranjos e pintura zonas envolventes e da fachada da Igreja Matriz de Vila Ruiva, de arranjos no Estaleiro Municipal de Faro do Alentejo; e de conservação e melhorias no Parque Infantil de Vila Ruiva, dando continuidade a uma aposta na realização de obra com recurso à capacidade técnica dos trabalhadores das autarquias que continua a ser uma imagem de marca do executivo CDU, com os resultados a comprovarem a aposta ganha nesta estratégia de valorização dos nossos trabalhadores.

Existiu um trabalho extremamente dinâmico e em algumas áreas sem paralelo, nomeadamente, na cultura, na educação, no turismo e na ação social e saúde, apenas para citar algumas delas.

Na Cultura e nos eventos comemorativos destacar programação específica da Biblioteca Municipal e do Museu Literário Casa Fialho de Almeida com a realização de oficinas, espetáculos musicais e de teatro, exposições, conferências e apresentações de livros, que dinamizaram de forma permanente os dois equipamentos ao longo do ano. Destacar também o papel da Feira do Livro pela importância dada à leitura e à dimensão da escrita e da aprendizagem.

Destacar também a audácia de apresentar o Corso Carnavalesco no primeiro Dia da Feira Anual de Cuba, para possibilitar aos Cubenses que apenas têm possibilidade de regressar à sua terra no período da Feira Anual de Cuba, assistir ao Carnaval de Cuba,

reconhecido pela sua qualidade, mas também pela sua dimensão e criatividade, e sobretudo pela capacidade de atrair milhares de visitantes ao concelho.

No âmbito da Educação, foi ano de consolidação da transferência das competências no domínio da educação para a autarquia. Depois da transmissão para os municípios dos encargos com o parque escolar e com os recursos humanos não docentes tornou-se evidente, neste primeiro ano, o subfinanciamento e a dificuldade em dar resposta à conservação dos espaços e o número de recursos humanos insuficiente para as reais necessidades do Agrupamento de Escolas. De qualquer forma todas as dificuldades foram ultrapassadas exigindo uma maior capacidade de gestão organizacional e financeira do Município.

Ainda no âmbito deste domínio, destacar a continuação do projeto do ensino do Cante Alentejano nas Escolas, e a grande novidade de 2023, a abertura da Universidade Sénior Manuel de Castro tendo como principal objetivo a promoção da qualidade de vida da população sénior, através de convívios que estimulem a comunicação, a aprendizagem e a criatividade, bem como através da dinamização atividades culturais, educativas e sociais, numa perspetiva intergeracional. O trabalho desenvolvido por o sector da Ação Social, Educação, Saúde e Desporto numa dinâmica de complementaridade tem sido uma mais-valia criada pela articulação na programação de atividades que contribuam para o desenvolvimento social saudável do concelho.

No sector do turismo, além do trabalho em permanência que tem sido constante e tem revelado uma curva de crescimento na procura de visitantes, assistimos agora a uma procura muito particular de investidores para construção ou criação de unidades de alojamento. Foi iniciado o programa formação + Próxima, que resulta de uma colaboração entre a Turismo de Portugal e a autarquia, para a capacitação de pessoas e entidades do turismo do concelho, preparando-os para os desafios do sector, que tem tido uma aderência interessante e que esperamos possa aumentar dotando assim os nossos agentes turísticos de ferramentas importantes para as respostas cada vez mais exigentes do setor. Destaque ainda, neste âmbito, para a realização do "Vinho na Vila" um novo evento de vinho e gastronomia, realizado em maio em Vila Alva, um momento de festa onde se pode descobrir os vinhos de 35 pequenos (grandes) produtores selecionados, de norte a sul do país e que trouxe ao concelho milhares de visitantes.

Na Ação Social e Saúde o ano fica marcado pela transferência de competências para as autarquias. Esta transferência obrigou a uma reorganização dos serviços em termos de recursos humanos, mas também a uma alteração significativa no espaço físico de atendimento no edifício dos Paços do concelho. É importante recordar que o ano de 2023 revelou-se, ainda mais, exigente para os serviços de Ação Social, acima de tudo por causa das questões relacionadas com as condições de trabalho e de alojamento dos imigrantes, que na região procuram trabalho. Este flagelo nacional, que infelizmente parece persistir sem que se vejam medidas preventivas por parte do Governo para o evitar, exigirá uma cada vez maior atenção dos serviços sociais do município e, invariavelmente, a substituição financeira do Governo pela autarquia para garantir a proteção das pessoas que estão nestas condições de vulnerabilidade. Contudo, também os nossos municípios têm passado por uma série de dificuldades socioeconómicas, resultantes de um aumento constante da inflação do nível de vida não acompanhada pelo aumento dos ordenados, que leva a um empobrecimento cada vez mais flagrante da nossa sociedade, o que dificulta o cumprimento dos compromissos previamente assumidos e propicia um aumento das dificuldades, pelo que muitos se vêm constrangidamente a ter de recorrer ao município para auxílio nas mais variadas áreas, como seja no apoio alimentar e económico.

Por outro lado, o ano de 2023, foi um ano extremamente exigente no planeamento, no encerramento de candidaturas e de projetos no âmbito do Portugal 2020. Foram ainda elaborados internamente e com recurso à capacidade técnica dos trabalhadores dois projetos urbanísticos importantes, a reabilitação do Largo da Praça em Faro do Alentejo e requalificação do Jardim do Largo da República em Vila Ruiva.

Destacar que durante o ano de 2023 investimos cerca de 150.000 euros na aquisição de máquinas, materiais, fardamento e equipamento de proteção individual para funcionários, com o claro propósito de criar as condições necessárias para uma resposta mais eficiente por parte dos nossos trabalhadores às necessidades da população. Este investimento nos trabalhadores tem-se traduzido num aumento do seu empenho e autoestima, fatores preponderantes para o sucesso em toda a linha de atuação da Câmara Municipal de Cuba.

Por fim, cumpre-nos referir a importância do empenho exemplar da maioria dos trabalhadores que garantiram a prestação do serviço público, razão pela qual deixamos aqui o agradecimento público por terem estado à altura das exigências e por terem confiado nas decisões do executivo municipal, revelando um elevado sentido de profissionalismo.

É vossa uma grande parte do êxito da ação do município.

A todas e todos o nosso muito obrigado.”

A Câmara, por maioria, com os votos a abstenção dos Vereadores do PS deliberou:

1.º Aprovar os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2023, ao abrigo das competências que lhe são cometidas pela alínea i) do n.º 1 do art. 33.º da Lei n.º 75/13, de 12 de Setembro;

2.º Remeter o referido documento para apreciação e votação pelo órgão deliberativo (Assembleia Municipal) conforme determina a alínea ccc) do nº1 do referido artigo 33.º e a alínea l) do n.º2 do art.º 25.º da mesma lei;

3.º Tomar conhecimento de que a apreciação e votação dos documentos pelo órgão deliberativo terá que ser efetuada durante o mês de Abril, de acordo com o enumerado no nº1 do artigo 76.º da Lei n.º 73 /2013, de 3 de Setembro. -----

1. REVISÃO N.º 1 AO ORÇAMENTO E GOP'S DE 2024. -----

Foi presente à Câmara a Informação da Chefe de Divisão Dr.ª Carmen Estrela, fazendo o enquadramento do assunto em título. -----

“A modificação ao orçamento e às GOP'S, enquadra-se no enumerado no Dec.- Lei nº 192 /2015, “ As alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevisíveis. As alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial” Na revisão n.º1 ao orçamento da despesa, a modificação ocorreu para fazer face a reforços relacionados com futuros compromissos de natureza diversa e de novos projetos. A nível do

orçamento da receita as previsões foram corrigidas com o saldo da gerência de 2023. Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações (reforços) nos seguintes projetos: 02 211 2012/1- Utilização de saldo da gerência; 02 232 2024/12 ação3 – Criação de nova ação para fazer face a nova componente da despesa;

02 251 2018/4 ação 1- Criação de nova ação para fazer face a despesa transitada do projeto;

02 252 2003/8 ações 1 e 2- Criação de nova ação para fazer face a despesa transitada do projeto; 03 331 2002/60 ação 2- Criação de nova ação para fazer face a despesa relacionada com procedimento de aquisição;

03 331 2019/12 ação 3- Criação de nova ação para fazer face a despesa transitada do projeto;

03 331 2019/13 ação 5- Criação de nova ação para fazer face a despesa transitada do projeto; As Atividades Mais Relevantes sofreram modificações (reforços) nos seguintes projetos:

01 111 2002/5007/7- Criação de nova ação para fazer face a nova componente da despesa;

01 121 2002/5009- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionados com o protocolo e a natureza da despesa;

02 211 2022/5003 ação 1, sub-ação 5- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projeto; 02 211 2023/5003 ações 2 e 4- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projeto. Foi criada nova ação para aquisição de material de educação, cultura e recreio;

02 232 2014/5002/ ações 2 e 3- Criação de nova ação para fazer face a nova componente da despesa e reforço para novos compromissos relacionados com o projeto;

02 232 2014/5014 ação1- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com as candidaturas dos EMAS;

02 232 2024/5009- Criação de novo projeto para fazer face a despesa relacionada com a candidatura CLDS-5G;

02 251 2019/5005 ação 4- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projeto; 02 251 2024/5011- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projeto;

03 342 2002/5052 ação 7- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projeto; 03 342 2024/5010 ação 1 - Criação de novo projeto para fazer face a despesa protocolada relacionada com o evento em epígrafe;

04 420 2002/5058 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionados com o protocolo e a natureza da despesa.

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, deliberou aprovar a Revisão n.º 1 ao Orçamento e GOP's e remeter o documento para apreciação e votação por parte da Assembleia Municipal. -----

3. ANDREIA SOFIA POMBINHO TOMÉ. PEDIDO DE PAGAMENTO DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. -----

Foi presente a Informação da Assistente Técnica Lucinda Galandim relativamente ao pedido em título:

A Sr.ª Andreia Sofia Pombinho Tomé na qualidade de cônjuge de Diogo Emanuel Pernial Vasco titular do contrato de água, que lhe seja permitido o pagamento fraccionado da dívida referente ao consumo de água do prédio sito na rua Luís de Camões n.º 2, em Cuba, que se encontra em dívida e em processo de execução fiscal, em 5 prestações mensais, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade.

A Câmara, por unanimidade, tendo presente a informação e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento faseado, conforme simulação anexa, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

4. MANUEL ERNESTO CARVALHO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES.

Foi presente a Informação da Assistente Técnica Lucinda Galandim relativamente ao pedido em título:

Solicita o Sr. Manuel Ernesto Carvalho que lhe seja permitido o pagamento fraccionado da dívida referente ao consumo de água do prédio sito na rua , em Cuba, que se encontra em dívida e em processo de execução fiscal, em 3 prestações mensais, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade.

O pedido do requerente tem enquadramento na legislação acima referida.

A Câmara, por unanimidade, tendo presente a informação e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento faseado, conforme simulação anexa, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

5. MARIA JÚLIA CARMINHO PÉ-LEVE RIBEIRO. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DE TERRENO PARA SEPULTURA NO CEMITÉRIO. -----

Foi presente a Informação do coordenador técnico José Roque relativamente ao pedido em título:

Solicita a Sr.ª Maria Júlia Carminho Pé-Leve Ribeiro a possibilidade de poder pagar em 3 prestações mensais o valor da sepultura perpétua (€ 1031,67), que pretende adquirir no cemitério de Cuba, para o seu esposo. De acordo com o disposto no Regulamento Municipal de Taxas e Preços, designadamente no artigo 10.º, o pagamento em prestações “poderá ser autorizado, a requerimento do devedor que não possa cumprir integralmente e de uma só vez a taxa devida em cada processo, e quando o respetivo valor for igual ou superior a € 200,00 (duzentos euros), o seu pagamento em prestações iguais, não podendo a última ir para além de um ano a contar da data em que a prestação tributária se mostre devida, implicando a falta de pagamento de uma prestação o vencimento de todas as outras. O pedido da requerente poderá ter enquadramento no citado artigo do Regulamento Municipal. -----

A Câmara, por unanimidade deliberou deferir o pedido da requerente permitindo o pagamento faseado, chamando, no entanto, a atenção para a necessidade do cumprimento integral do plano agora aprovado, situação que a verificar-se inviabilizaria a emissão do respetivo alvará. -----

6. MARIA SANTOS. PEDIDO DE EMISSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. -----

Foi presente a Informação da Assistente Técnica Lucinda Galandim relativamente ao pedido em título:

Solicita a Sr.ª Maria Santos a emissão de uma licença especial de ruído para funcionamento do seu estabelecimento sito no CCD de Vila Alva, por ocasião da realização do evento “Há Vinho na Vila”.

Relativamente à licença de ruído, de acordo com o disposto no n.º 2 do art.º 15.º do DL 9 /2007, de 17/01, na redação do DL 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excecionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município.

A Câmara, por unanimidade, deliberou deferir o pedido até às 4,00 horas. -----

7. CERCIBEJA. PEDIDO DE APOIO PARA A CAMPANHA DE 2024 DO PIRILAMPO MÁGICO. -----

Foi presente a Informação do coordenador técnico José Roque relativamente ao pedido em título:

Solicita a Cercibeja autorização para venda do Pirilampo Mágico referente à campanha de 2024.

De acordo com o nosso Regulamento Municipal de atribuição de Apoios Financeiros e Não Financeiros, os apoios financeiros concretizam-se através de: “Apoio à atividade desenvolvida com vista à sua continuidade ou incremento de projetos ou eventos de reconhecido interesse para o município.” (vidé art.º 3.º, n.º 2, alínea a). Por outro lado a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, determina na alínea o) n.º 1 do Artigo 33.º (Competências materiais): 1 - Compete à câmara municipal: o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos. Face ao exposto entendemos que o pedido possa ter enquadramento, quer no Regulamento Municipal quer na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual.

A Câmara, por unanimidade, deliberou autorizar a venda do Pirilampo Mágico

8. ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA CESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO JARDIM DOS COMBATENTES, EM CUBA, NO REGIME DE ARRENDAMENTO COMERCIAL, PAREDES NUAS. -----

Foi presente à Câmara a Informação do Chefe de Divisão Dr. Vitor Fialho, referente ao assunto em título

“Com a revogação por acordo das partes do contrato de arrendamento comercial do bar do Jardim dos Combatentes que havia sido outorgado entre o Município de Cuba e a Sr.^a Lara zorro, importa agora determinar nova abertura de concurso público para cessão de exploração do Bar do Jardim dos Combatentes, em Cuba, no verão de 2024 e eventualmente nos anos subsequentes. De acordo com o disposto nas alíneas g) e ee) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Câmara Municipal “Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG”, ou seja, atualmente, até ao valor de € 705.000,00, e “Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”. Face ao atrás exposto, sou a concluir:

A Câmara, por unanimidade, deliberou:

- 1.º Aceitar a proposta de revogação por acordo das partes do contrato de arrendamento comercial que existia com a arrendatária Lara Zorro, uma vez que a mesma veio invocar que passaria a residir numa outra localidade, pondo, assim, em causa a sustentabilidade da atividade. Para o efeito irá ser feito uso das normas do Código Civil que legitimam a cessação do contrato por acordo das partes;
- 2.º - Determinar a abertura de concurso público para cessão de exploração do Bar do Jardim dos Combatentes, em Cuba, no regime de arrendamento comercial, paredes nuas, conforme proposto, com o prazo limite de entrega de propostas até às 17,30 horas do dia 14 de maio, decorrendo o ato público no dia 15, às 15 horas.
- 3.º - Aprovar o programa de concurso e caderno de encargos, que se anexam à presente informação;
- 4.º - Determinar que o Júri de acompanhamento do procedimento seja constituído pelos seguintes membros: Presidente: Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe da DAODS; Vo-

gais efetivos: Carmen Estrela, chefe da Divisão de Administração e Finanças e Lino Manuel Pólvora Costa, Técnico Superior da Subunidade de Cultura. Vogais suplentes: Vitor Raminhos, Técnico Superior, Eng.º e Marina Batista, Assistente Técnica.

5.º - Fixar em € 200,00, o preço base do procedimento e o prazo de durabilidade do contrato de 1 de junho a 30 de setembro, com a possibilidade de renovação nos anos subsequentes por período idêntico pelo período máximo de 10 anos, bem como o regime de paredes nuas do arrendamento comercial, sem que exista lugar ao pagamento do IVA, mas incumbido ao arrendatário dotar o espaço dos equipamentos necessários ao seu funcionamento.

9. PROPOSTA DE COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO DE ATRIBUIÇÃO DE 6 STANDS TIPO “TASQUINHAS” PARA O FESTIVAL DO CARACOL

Foi presente à Câmara a informação do Dr. Lino Costa, referente ao assunto em título: Após vários anos de pausa, essencialmente devido a Pandemia de COVID19 e à periodicidade bianual do evento, a Câmara Municipal de Cuba volta a realizar em 2024, mais uma edição do Festival do Caracol, que desta vez decorre entre os dias 24 e 26 de maio. Desta forma, o serviço de Ação Cultural vem propor que a Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, para atribuição de 6 stands tipo “Tasquinhas”, seja constituída pelos seguintes membros: Presidente: Vítor Manuel Parreira Fialho, Chefe da DAODS, em regime de substituição. Vogais efetivos: Cármén das Dores da Silva Arrojado Estrela, Chefe da DAF, em regime de substituição; Lino Manuel Pólvora Costa, Técnico Superior. Vogais suplentes: Célia do Carmo Baleizão Chamorro Escrevente, Chefe da UEASSD, em regime de substituição; Dulce Clarinda Cabaça Lopes, Técnica Superior. O presidente da Comissão de Acompanhamento, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pela vogal Cármén Estrela.

A Câmara por unanimidade deliberou aprovar a composição da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, para a atribuição de 6 stands tipo “Tasquinhas” no Festival do Caracol, edição de 2024.

10. CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PROJETO DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO CONCELHO DE CUBA - APROVAÇÃO DA VERSÃO FINAL POR PARTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Foi presente à Câmara a Informação do Dr. José Borracha referente ao assunto em título. O Conselho Municipal de Segurança (CMS) é uma entidade de âmbito municipal, com funções de natureza consultiva, de articulação, coordenação, informação e cooperação, cujos objetivos, composição e funcionamento são regulados pela Lei n.º 33/98, de 18 de julho, na sua redação atual (vide doc.1). O CMS funciona em modalidade alargada e em modalidade restrita. Esta comissão congrega representantes dos mais diversos setores da comunidade num conselho focado nas questões relativas à segurança, numa perspetiva de sinalização, análise e aconselhamento sobre problemas com impacto direto ao nível da segurança das pessoas e bens, ou que nesta possam interferir, de forma a identificar soluções articuladas a nível local, tornando, desta forma, este órgão consultivo um ator mais interventivo nas estruturas locais de segurança, através da adoção de uma nova configuração, de que decorre a adaptação da sua composição e a integração de novas competências e que a referida alteração, se preconiza no desdobramento do conselho municipal de segurança, o qual passa a funcionar num formato alargado e num formato restrito, para maior agilização no desenvolvimento das suas competências. Com vista à prossecução dos seus objetivos e para o exercício das suas competências, o Conselho Municipal de Segurança deve dispor de um regulamento de funcionamento, onde se estabeleçam regras mínimas de organização e de articulação, bem como a respetiva composição. É, pois nesse sentido que: 1. º Foi aprovado o Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança (vide doc.2) na Reunião de Câmara de 07/02/2024 (vide doc.3); 2. O mesmo foi remetido para análise e apreciação dos membros do referido órgão após tomada de posse dos mesmos perante a Câmara conforme legislação em vigor; 3. Em sede de reunião do Conselho Municipal de Segurança na data de 18/03/2024, a presente proposta foi aprovada por unanimidade.

Posto isto, a proposta de Projeto de Regulamento do órgão será submetida à Câmara Municipal com vista à remissão do mesmo junto da Assembleia Municipal para sua aprovação de acordo com o n.º 1 do Artigo 6.º do Lei n.º 33/98, de 18 de julho, na sua redação atual.

A Câmara, por unanimidade, deliberou, nos termos da legislação atrás invocada, remeter o documento para apreciação e votação. -----

11. DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO ÓRGÃO EXECUTIVO NA ASSEMBLEIA GERAL DO CENTRO DE ESTUDOS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DIOGO DIAS MELGAZ, UNIPES-
SOAL, LDA., .E.M. -----

Foi presente à Câmara a Informação do Chefe de Divisão Dr. Vitor Fialho, enquadrando o assunto em título. -----

Como é consabido, o Município de Cuba é detentor da sociedade por quotas denominada Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda., à qual, como temos vindo a referenciar ao longo do tempo, não obstante ser uma empresa municipal, é regida pelo Código das Sociedades Comerciais, normativo que regula o funcionamento das empresas privadas.

Em 2012, entendeu o legislador criar um diploma próprio sobre esta matéria, a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, diploma que atualmente já vai com dez atualizações, sendo o mesmo aplicável em articulação com o Código das Sociedades Comerciais.

Face à atipicidade do CEFPPDM, Unipessoal, Lda. no âmbito das empresas municipais, porquanto o seu objeto é essencialmente e em grande medida o ensino profissional, ao longo dos anos muitas dúvidas se foram suscitando sobre o seu funcionamento, designadamente a questão dos fundos comunitários rececionados serem ou não considerados subsídios ao investimento, matéria que era crucial para a sua manutenção enquanto entidade pública municipal.

Com uma das dez alterações em cima mencionadas, essa questão foi dirimida, e hoje está expresso na lei que essa verba proveniente dos fundos comunitários não deve ser considerada como subsídios ao investimento quando o objetivo da empresa seja o ensino profissional.

Há alguns anos a esta parte tem sido suscitada uma outra questão, saber se, sendo empresa pública, será sustentável a comparticipação comunitária das despesas da organização no que concerne àquelas que são consideradas elegíveis, a sua assunção a 100%, ou apenas a 85%.

Por ora, as despesas consideradas elegíveis têm sido abonadas a 100%, pelo que se regista a problemática e a preocupação, se forem emanadas, por quem de direito, orientações distintas, o assunto terá que ser novamente suscitado junto dos sócios, sobre a sustentabilidade ou não da mesma se manter com a figura jurídica que atualmente detém.

Sendo empresa municipal, tem sido entendimento dos sucessivos órgão do Município de Cuba, aceitar no que concerne ao seu funcionamento, que o sócio único é a Assembleia Municipal, que funciona como Assembleia Geral a quem são cometidas as competências que o CSC imputa às assembleias gerais, sendo que a mesa da assembleia municipal é também a mesa da assembleia geral, composto pelos seus três elementos, podendo exercer o direito de voto nos assuntos que lhe devem ser presentes os dezanove deputados municipais.

Como empresa municipal o Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda, E.M., está sujeita ao controlo do Tribunal de Contas.

Esse órgão judicial tem efetuado algumas recomendações ao modus operandi da empresa, que importa ir assimilando logo que possível. Entre essas recomendações consta a necessidade de a Câmara Municipal estar representada na Assembleia Geral da empresa, formalmente e com direito a voto por um dos seus membros, conforme consignado no art.º 26.º n.º 2 da Lei n.º 50/2012, que na sua redação atual, determina o seguinte:

Artigo 26.º

Designação dos membros dos órgãos das empresas locais

- 1 - Os membros do órgão de gestão ou de administração das empresas locais são eleitos pela assembleia geral.
- 2 - Compete ao órgão executivo da entidade pública participante designar o representante desta na assembleia geral da respetiva empresa local.
- 3 - Compete ao órgão deliberativo da entidade pública participante designar o fiscal único da empresa local, sob proposta do órgão executivo.
- 4 - A mesa da assembleia geral da empresa local é composta por um máximo de três elementos.
- 5 - O órgão de gestão ou de administração da empresa local é composto por um presidente e um

Face ao atrás exposto, sou a concluir:

- Por força das competências que são cometidas ao presidente do órgão executivo do município, pela alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, remeter o assunto para RC de 19 de abril de 2024 para que nela possa ser deliberado o seguinte:

1.º - Ao abrigo do art.º 26.º n.º 2 da Lei n.º 50/2012, na sua redação atual, de entre os seus membros designar um deles como representante do órgão executivo na Assembleia Geral do Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, unipessoal, Lda., E.M.; 2.º - Dessa sua deliberação dar conhecimento à Assembleia Municipal para que esta, na sua reunião ordinária de 29 de abril de 2024, quando estiver no exercício pleno das funções de assembleia geral da empresa, a mesa levar em consideração que o representante da Câmara Municipal também terá que votar a prestação de contas de 2023 da empresa, bem como outras posições que venham a ser tomadas sobre a mesma empresa.

A Câmara, por unanimidade, deliberou designar o Vice-Presidente Filipe Domingos Candeias Chora. -----

12. MAPA DE PESSOAL. -----

Foi presente à Câmara a Informação da Dr.ª Ana Duarte enquadrando o assunto em título: -----

Na sequência da informação prestada pela Chefe de Unidade de Educação, Ação Social, Saúde e Desporto, Dr^a Célia Escrevente, em que a Câmara Municipal determinou que se constituiria como ECLP no âmbito da execução do Projeto CLDS 5G, a dinamizar em Cuba, cumpre a esta subunidade informar o seguinte: 1) O período de duração do projeto é de 48 meses e a equipa prevista é, de acordo com o previsto no Ofício Convite, composta por um coordenador e 2 Técnicos Superiores. 2) A equipa técnica a afetar, de acordo com a Portaria nº 428/2023, de 12 de janeiro que publica o Regulamento do programa “Contratos Locais de Desenvolvimento Social 5G”, define o seguinte: a) Coordenador Técnico, artigo 13º da Portaria referida, deve ter formação superior ou experiência profissional relevante para o exercício destas funções, um perfil de competências de gestão e de trabalho em equipa, bem como experiência na coordenação e na dinamização de parcerias; b) Os Técnicos Superiores devem possuir formação superior e experiência no desenvolvimento de trabalho com as populações. 3) Os técnicos superiores deverão ter formação superior nas áreas de Gestão de empresas ou economia, Animação Sociocultural, Ciências Sociais e, ainda, em casos excecionais e devidamente fundamentados poderão ser afetas outras áreas de formação.

Salienta-se que a modalidade de relação jurídica de emprego público destes recursos serão contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, porquanto a termo resolutivo certo, não permite garantir a execução do projeto. Dados estes elementos, a Subunidade de Recursos Humanos informa que o Mapa de Pessoal não contempla os lugares propostos pelo que é necessário, antes de mais proceder à alteração do mesmo. Face aos elementos explanados, cumpre a esta subunidade informar o seguinte: 1. Alteração ao Mapa de pessoal de 2024 A norma legal para efeitos de aprovação e alterações ao mapa de pessoal é a constante na Lei nº 35/2014, de 20 de junho, na sua redação vigente, doravante designada por LGTFP, articulada com as adaptações à administração local constantes no Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro. Em matéria de alteração de ao mapa de pessoal, o artigo 29º da LGTFP dispõe o seguinte: 1 – (...); 2 – (...); 3 – (...); 4 – (...); 5 – As alterações aos mapas de pessoal que impliquem um aumento de postos de trabalho carecem de autorização prévia do membro do Governo de que dependa o órgão ou serviço, de cabimento orçamental e do reconhecimento da sua sustentabilidade futura pelo membro do Governo responsável pela área de finanças. 6 – (...); 7 – (...); Na administração Local, o Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, procede à adaptação, naquela data, da Lei Nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e atualmente, por força do disposto no artigo 42.º da Lei preambular da Lei n.º

35/2014, “todas as referências feitas aos diplomas ora revogados entendem-se feitas para as correspondentes normas da presente lei”;

O Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, artigo 3º que determina o seguinte: Ar-

tigo 3º Mapas de Pessoal 1 – Os municípios e as freguesias dispõem de mapas de pessoal aprovados, mantidos ou alterados, nos termos da Lei nº 12 - A/2008, de 27 de fevereiro. 2 - Os mapas de pessoal a que se refere o número anterior, aprovados, manti-

dos ou alterados: a) Nos municípios, pela assembleia municipal; As verbas referentes ao projeto mencionado serão contempladas na próxima Revisão nº 1 ao Orçamento de 2024.2. Abertura de procedimentos concursais para recrutamento de postos de trabalho;

O artigo 30º da LGTFP, determina que o preenchimento dos postos de trabalho “1 - O órgão ou serviço pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao

preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, nos termos do presente artigo. 2 – O recrutamento deve ser feito por tempo indeterminado ou a termo, consoante a natureza permanente ou transitória da atividade, tal como consta do mapa de pessoal. 3 - O recrutamento é feito por procedimento concursal restrito a

trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado; 4 – O órgão ou serviço pode ainda recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal a

que possam concorrer os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, aberto nos limites constantes de mapa anual aprovado pelo despacho a que se refere o nº 6” 5 – (...) 6 - Após a aprovação e entrada em vigor do Orçamento do Estado, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública aprovam, durante o primeiro trimestre do respetivo ano orçamental, por despacho publicado no Diário da República, o mapa anual global consolidado de recrutamentos autorizados, contendo os postos de trabalho discriminados por: a) Departamento governamental;

b) Órgão ou serviço; c) Carreira e categoria; d) Modalidade de vinculação; e) Tempo indeterminado ou a termo. 7 - Em casos excecionais, devidamente fundamentados, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública podem autorizar a realização de procedimentos concursais para além dos limites fixados no mapa anual global a que se refere o número anterior. 8 - O recrutamento de trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público pode ainda ocorrer noutras situações especialmente previstas na lei, em razão

de aptidão científica, técnica ou artística, devidamente fundamentada, precedido de autorização dos membros do Governo referidos no número anterior. 9 - O despacho autorizador a que se referem os números anteriores é expressamente mencionado no procedimento de recrutamento.” Conforme já foi mencionado, o nº 6 transcrito deveremos articular com o Decreto-lei 209 /2009, de 3 de setembro, na sua redação atual que determina o seguinte: Artigo 4.º Gestão dos recursos humanos em função dos mapas de pessoal 1 - No caso previsto no n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o recrutamento nas condições aí previstas é precedido de aprovação do órgão executivo. 2 - O sentido e a data da deliberação referida no número anterior são expressamente mencionados no procedimento do recrutamento.

A Câmara, por unanimidade, deliberou:

1 - Ao abrigo das competências que lhe são cometidas pela al. ccc), do n.º1 do art. 33º da Lei n.º 75/2013, aprovar a presente proposta para posterior submissão à assembleia municipal, para a criação dos seguintes postos de trabalho para fazer face à necessidade de dotar a Unidade de Educação, Ação Social, Saúde e Desporto com os recursos humanos, para a execução do Projeto CLDS 5G, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado - 1 Técnico Superior – área em serviço Social; - 1 Técnico Superior – Gestão de Empresas; - 1 Técnico Superior – Psicologia

2 - Por se tratar de competências próprias da assembleia municipal, no uso das competências previstas na al. o), n.º 1, art. 25º, da mesma lei, articulado com a alínea a) do n.º 2, do art. 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua versão vigente, seja a presente proposta de alteração apresentada à próxima reunião do órgão deliberativo, para que possa ser deliberada a alteração ao mapa de pessoal de 2024, conforme ponto anterior.

3 – Na sequência de deliberação de alteração do Mapa de pessoal para o ano de 2024, por parte da Assembleia Municipal, o órgão executivo, nos termos do artigo 30º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas em articulação com o art. 4º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, delibere o recrutamento em regime de contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, aberto a candidatos sem relação jurídica de emprego público ou com relação jurídica a termo resolutivo.

13. RELATÓRIO DE VISTORIA A PRÉDIO URBANO. FRANCISCA JANEIRO. RUA DE BEJA, 32, EM CUBA. -----

Foi presente à Câmara a Informação do Fiscal Municipal Sr. Luís Pestana referente ao assunto em título.

Propõe-se que, ao abrigo do disposto nos artigos 89.º, 89.º-A e 90.º do Decreto-Lei n.º 555 /99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, se submeta à consideração da Câmara Municipal deliberar notificar o proprietário da obra objeto de vistoria no sentido de, no prazo de 30 (trinta) dias, proceder em conformidade com as obras determinadas pelos técnicos que compõem a Comissão de Vistoria, nos termos do disposto no auto lavrado no seguimento da respetiva vistoria.

A Câmara, por unanimidade deliberou notificar o proprietário da obra para, no prazo de 30 (trinta) dias, proceder em conformidade com o auto lavrado no seguimento da prévia vistoria, ao abrigo do disposto nos artigos 89.º, 89.º-A e 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual. -----

14. RELATÓRIO DE VISTORIA A PRÉDIO URBANO. ZURITA PIRES ALBERTO. PRAÇA DA REPÚBLICA, 3, EM VILA ALVA. -----

Propõe-se que, ao abrigo do disposto nos artigos 89.º, 89.º-A e 90.º do Decreto-Lei n.º 555 /99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, se submeta à consideração da Câmara Municipal deliberar notificar o proprietário da obra objeto de vistoria no sentido de, no prazo de 30 (trinta) dias, proceder em conformidade com as obras determinadas pelos técnicos que compõem a Comissão de Vistoria, nos termos do disposto no auto lavrado no seguimento da respetiva vistoria.

A Câmara, por unanimidade deliberou notificar o proprietário da obra para, no prazo de 30 (trinta) dias, proceder em conformidade com o auto lavrado no seguimento da prévia vistoria, ao abrigo do disposto nos artigos 89.º, 89.º-A e 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual. -----

15. NUNO MANUEL DIMAS SOUSA. RAMAL DE LIGAÇÃO DE ESGOTOS. -----

Foi presente a Informação do Fiscal Municipal Sr. Luis Pestana referente ao pedido em título. -----

Na sequencia da reclamação supra constatei que o prédio Urbano com o nº de Polícia 70 A da Rua da Fé freguesia de Faro do Alentejo tem a ligação dos seus esgotos domésticos ligada à caixa de esgotos do prédio com o nº de Policia 70 do mesmo arruamento, esta caixa encontra-se no logradouro deste ultimo prédio. De referir que o mesmo se passa com a saída das águas pluviais. Tendo em conta o supra relatado e uma vez que existe coletor de esgotos domésticos no arruamento a tardos dos prédios em causa proponho que os proprietários do prédio urbano com o nº de polícia 70 A sejam notificados a procederem á ligação da rede predial de esgotos ao coletor doméstico no prazo máximo de 30 dias. Os proprietários são os Srs Valter Manuel Guerreiro Candeias e Carla Isabel Canelas Fernandes, residentes na Rua da Fé nº 70 A - Faro do Alentejo. Refiro ainda que o prédio Urbano com o nº 70 tem a sua ligação da rede predial de esgotos ligada ao coletor doméstico de esgotos. -----

Proponho que os proprietários do prédio urbano com o nº de polícia 70 A sejam notificados a procederem á ligação da rede predial de esgotos ao coletor doméstico no prazo máximo de 30 dias, nos termos e fundamentos da informação do Sr. Fiscal.

Notifiquem se os proprietários do prédio urbano com o nº de polícia 70 A a procederem á ligação da rede predial de esgotos ao coletor doméstico no prazo máximo de 30 dias, nos termos e fundamentos da informação do Sr. Fiscal.

A Câmara, por unanimidade deliberou notificar o proprietário da obra para, no prazo de 30 (trinta) dias, proceder em conformidade com a proposta apresentada.

16. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CEFPDDM DE CUBA . -----

Foi presente à Câmara a Informação da Dr.ª Cristina Candeias, enquadrando o assunto em título. -----

Relatório de Gestão de 2023 do Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda. Cumpre-me informar, - Em sintonia com a Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, que aprova o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, o Centro de Estudos supracitado é uma empresa municipal sujeita aos normativos legais insertos em tal diploma, senão vejamos: Artigo 19.º Empresas locais 1 - São empresas locais as sociedades constituídas ou participadas nos termos da lei comercial, nas quais as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação de um dos seguintes requisitos: a) Detenção da

maioria do capital ou dos direitos de voto; b) Direito de designar ou destituir a maioria dos membros do órgão de gestão, de administração ou de fiscalização; c) Qualquer outra forma de controlo de gestão. 2 - Qualquer uma das entidades públicas participantes pode constituir sociedades unipessoais por quotas ou sociedades anónimas de cujas ações seja a única titular. 3 - A constituição de sociedades unipessoais por quotas ou de sociedades anónimas unipessoais, nos termos do número anterior, deve observar todos os demais requisitos de constituição previstos na lei comercial. 4 - As empresas locais são pessoas coletivas de direito privado, com natureza municipal, intermunicipal ou metropolitana, consoante a influência dominante prevista no n.º 1 seja exercida, respetivamente, por um município, dois ou mais municípios ou uma associação de municípios, independentemente da respetiva tipologia, ou uma área metropolitana. 5 - A denominação das empresas locais é acompanhada da indicação da sua natureza municipal, intermunicipal ou metropolitana, respetivamente E. M., E.I. M. ou E. M. T. 6 - Apenas podem ser constituídas empresas locais de responsabilidade limitada. Importa, pois, relembrar que as empresas municipais são reguladas por um sistema híbrido, em que para determinadas matérias é aplicável as regras do Setor Privado, mediante o Regime previsto no Código das Sociedades Comerciais (exemplo – Aprovação de Contas) e no Código do Trabalho (contração de pessoal e fixação de remunerações) e para outras matérias estão sujeitas às regras do setor público (exemplo – Aquisição de bens e Empreitadas).

Neste contexto, poder-se-á afirmar que existem dois diplomas de referência para a gestão das empresas municipais: 1.º - Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual; 2.º - Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Dec. Lei n.º 262/86, de 02 de setembro, na sua redação atual. Dispõe o art.º 21.º do RJAEI o seguinte: Artigo 21.º Regime jurídico As empresas locais regem-se pela presente lei, pela lei comercial, pelos estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado, sem prejuízo das normas imperativas neste previstas. Importa também assimilar o conteúdo dos artigos 25.º, 26.º e 42.º do mesmo RJAEI, onde o legislador determinou: Artigo 25.º Administração e fiscalização 1 - Sem prejuízo do disposto na presente lei, a natureza e as competências dos órgãos sociais das empresas locais obedecem ao disposto na lei comercial. 2 - As empresas locais dispõem sempre de uma assembleia geral e de um

fiscal único. 3 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, só um dos membros do órgão de gestão ou de administração pode assumir funções remuneradas. 4 - Nas empresas locais com uma média anual de proveitos, apurados nos últimos três anos, igual ou superior a cinco milhões de euros, podem ser remunerados dois membros do órgão de gestão ou de administração. 5 - O fiscal único é obrigatoriamente um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas. 6 - Sem prejuízo das competências que lhe são atribuídas pela lei comercial, compete, em especial, ao fiscal único: a) Emitir parecer prévio relativamente ao financiamento e à assunção de quaisquer obrigações financeiras; b) Emitir parecer prévio sobre a necessidade da avaliação plurianual do equilíbrio de exploração da empresa local e, sendo caso disso, proceder ao exame do plano previsional previsto no n.º 5 do artigo 40.º; c) Emitir parecer prévio sobre a celebração dos contratos-programa previstos nos artigos 47.º e 50.º; d) Fiscalizar a ação do órgão de gestão ou de administração; e) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte; f) Participar aos órgãos e entidades competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do objeto da empresa local; g) Proceder à verificação dos valores patrimoniais da empresa local ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título; h) Remeter semestralmente ao órgão executivo da entidade pública participante informação sobre a situação económico-financeira da empresa local; i) Pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para a empresa local, a solicitação do órgão de gestão ou de administração; j) Emitir parecer sobre os instrumentos de gestão previsional, bem como sobre o relatório do órgão de gestão ou de administração e contas do exercício; k) Emitir a certificação legal das contas. 7 - Os pareceres previstos nas alíneas a) a c) do número anterior são comunicados à Inspeção-Geral de Finanças no prazo de 15 dias. 8 - Os membros da assembleia geral não são remunerados. Artigo 26.º Designação dos membros dos órgãos das empresas locais 1 - Os membros do órgão de gestão ou de administração das empresas locais são eleitos pela assembleia geral. 2 - Compete ao órgão executivo da entidade pública participante designar o representante desta na assembleia geral da respetiva empresa local. 3 - Compete ao órgão deliberativo da entidade pública participante designar o fiscal único da empresa local, sob proposta do órgão executivo. 4 - A mesa da assembleia geral da empresa local é composta por um máximo de três elementos. 5 - O órgão de gestão ou

de administração da empresa local é composto por um presidente e um máximo de dois vogais. Artigo 42.º Deveres de informação das empresas locais 1 - Sem prejuízo do disposto na lei comercial quanto à prestação de informações aos sócios, as empresas locais devem facultar, de forma completa e atempadamente, os seguintes elementos aos órgãos executivos e deliberativos das respetivas entidades públicas participantes, tendo em vista o seu acompanhamento e controlo: a) Projetos dos planos de atividades anuais e plurianuais; b) Projetos dos orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado e as autarquias locais; c) Planos de investimento anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento; d) Documentos de prestação anual de contas; e) Relatórios trimestrais de execução orçamental; f) Quaisquer outras informações e documentos solicitados para o acompanhamento sistemático da situação da empresa local e da sua atividade, com vista, designadamente, a assegurarem a boa gestão dos fundos públicos e a evolução institucional e económico-financeira. Para que conste e demais efeitos legais, registe-se que desde a constituição da empresa, por se tratar de uma sociedade por quotas unipessoal, logo, com o capital social a ser detido a 100% pelo Município de Cuba, sempre se entendeu como adequado aplicar ao caso sub judice a possibilidade da Assembleia Municipal, enquanto órgão máximo do Município desenvolver e desempenhar as funções que no Código das Sociedades Comerciais são cometidas às Assembleias Gerais. Este é o modelo que tem vindo a ser adotado, e enquanto detivermos 100% do capital social não vislumbro razões para procedermos de modo distinto. Assim sendo a aprovação de contas do exercício do ano anterior da empresa Municipal deve ocorrer conforme determinado no Código das Sociedades Comerciais, ou seja: Artigo 270.º-A Constituição 1 - A sociedade unipessoal por quotas é constituída por um sócio único, pessoa singular ou coletiva, que é o titular da totalidade do capital social. ... Artigo 270.º-G Disposições subsidiárias Às sociedades unipessoais por quotas aplicam-se as normas que regulam as sociedades por quotas, salvo as que pressupõem a pluralidade de sócios. Artigo 246.º (Competência dos sócios) 1 - Dependem de deliberação dos sócios os seguintes atos, além de outros que a lei ou o contrato indicarem: a) A chamada e a restituição de prestações suplementares; b) A amortização de quotas, a aquisição, a alienação e a oneração de quotas próprias e o consentimento para a divisão ou cessão de quotas; c) A exclusão de sócios; d) A destituição de gerentes e de membros do órgão de fiscalização; e) A aprovação do relatório de gestão e das contas do exercício,

a atribuição de lucros e o tratamento dos prejuízos; f) A exoneração de responsabilidade dos gerentes ou membros do órgão de fiscalização; g) A proposição de ações pela sociedade contra gerentes, sócios ou membros do órgão de fiscalização, e bem assim a desistência e transação nessas ações; h) A alteração do contrato de sociedade; i) A fusão, cisão, transformação e dissolução da sociedade e o regresso de sociedade dissolvida à atividade; 2 - Se o contrato social não dispuser diversamente, compete também aos sócios deliberar sobre: a) A designação de gerentes; b) A designação de membros do órgão de fiscalização; c) A alienação ou oneração de bens imóveis, a alienação, a oneração e a locação de estabelecimento; d) A subscrição ou aquisição de participações noutras sociedades e a sua alienação ou oneração. Termos em que, somos a concluir: - Por força das competências que são cometidas ao Presidente do Órgão Executivo pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da Ordem do Dia das Reuniões de Câmara, deve a presente informação ser remetida para a RC de 19 de abril de 2024, para que sobre ela pode ser deliberado o seguinte: a) – Sendo a Sra. Vereadora Dra. Sandra Serrano a gerente única da sociedade, incumbe-lhe a ela prestar contas ao Sócio – Município de Cuba; b) – Existindo revisor oficial de Contas, deve este diligenciar para que a informação a prestar inclua todos os elementos acima enunciados e seja entregue dentro dos prazos estipulados; c) – Deve a Câmara ao abrigo do art. 42.º do RJAEEL tomar conhecimento do Documento de Prestação de contas referentes ao exercício de 2023 da empresa municipal, registando que cabe à Assembleia Municipal, assumindo as funções da Assembleia Geral e enquanto sócio único, conforme disposto no art.º 246.º n.º 1 al. e) do Código das Sociedades Comerciais, apreciar e votar a prestação de contas em causa.

A apreciar ao abrigo da competência prevista na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação e da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, que aprova o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais.

- Por força das competências que são cometidas ao Presidente do Órgão Executivo pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da Ordem do Dia das Reuniões de Câmara, deve a presente informação ser remetida para a RC de 19 de abril de 2024, para que sobre ela pode ser deliberado o seguinte: – Deve a Câmara ao abrigo do

art. 42.º do RJAEI tomar conhecimento do Documento de Prestação de contas referentes ao exercício de 2023 da empresa municipal - Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgas, Unipessoal, Lda., registando que cabe à Assembleia Municipal, assumindo as funções da Assembleia Geral e enquanto sócio único, conforme disposto no art.º 246.º n.º 1 al. e) do Código das Sociedades Comerciais, apreciar e votar a prestação de contas em causa.

A Câmara tomou conhecimento e, por unanimidade, deliberou remeter o documento para apreciação e votação por parte da Assembleia Municipal.

17. FRANCISCO MANUEL ROSA BICHO. PEDIDO DE TERRADO PARA VENDA AMBULANTE. -----

Foi presente a Informação do Coordenador Técnico José Roque relativamente ao pedido em título: -----

Solicita o Sr. Francisco Manuel Rosa Bicho, terrado para venda de pipocas, algodão doce, brinquedos e balões, no Largo da Bica, em Cuba, por ocasião das comemorações do 25 de Abril. O Comércio a retalho não sedentário exercido por feirantes e vendedores ambulantes é atualmente regulado pelo Dec-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração (RJACSR) e, o acesso a esta atividade económica, está sujeita à apresentação de uma Mera Comunicação Prévia (MCP) através de formulário disponibilizado pela Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE). A licença de ocupação de via pública para a venda ambulante, deve ser solicitada nos termos do art.º 12.º do Regulamento de Ocupação do Espaço Público, Publicidade e Propaganda do Município de Cuba: "Artigo 12º - Licenciamento

1 - Aplica-se o regime geral de licenciamento a todas as situações não abrangidas pelas disposições do Decreto-Lei nº 48/2011, de 1 de abril, devendo as respetivas pretensões ser apresentadas, mediante requerimento, no Balcão Único da Câmara Municipal de Cuba." Artigo 18.º - Decisão O Presidente da Câmara Municipal ou Vereador com competência delegada, decidem sobre o pedido de licenciamento no prazo de 15 dias úteis. Ainda nos termos do art.º 18.º, designadamente nos números: 3 – A decisão favorável à concessão da licença deve atender à duração desta, ao seu conteúdo concreto e a

eventuais limitações necessárias para o cumprimento da lei ou de regulamentos aplicáveis. 4 – A decisão que indeferia o pedido contém a identificação das desconformidades do pedido com as disposições legais e regulamentares aplicáveis e cujo cumprimento não é dispensado.

A Câmara, por unanimidade deliberou deferir a pretensão do requerente. -----

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO. -----

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:
“Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior”. -----

Não se registaram intervenções. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 12,40 horas. -----

E eu, José Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador Técnico,

